



1 de junho de 2021

064/2021-PRE

OFÍCIO CIRCULAR

Revogado pelo Ofício Circular nº 048/2023-PRE, de 06 de abril de 2023.

Participantes do Listado B3

Ref.: **Reincidência de Violações de Saldo Operacional, Limites de Concentração de Posição em Aberto e Limites de Risco Residual de Pré-Negociação (LiNe)**

Além do tratamento dado pela B3 às eventuais violações em conformidade com os procedimentos já previstos no Regulamento da Câmara B3, no Manual de Administração de Risco da Câmara B3 e no Ofício Circular 033/2019-VOP, de 22/08/2019, informamos novos critérios para contabilização e as respectivas medidas a serem tomadas, em casos de reincidência de:

- a) violação (desenquadramento) de saldo operacional;
- b) violação de limite de concentração de posição em aberto;
- c) violação de limite de risco residual de pré-negociação (LiNe).

Os critérios detalhados a seguir são aplicáveis a comitentes, grupos de comitentes, participantes de negociação plenos (PNP) e participantes de liquidação (PL).

As violações ou desenquadramentos mencionados acima serão contabilizados de acordo com os critérios e métricas descritos a seguir.

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.

Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP

Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737

a) Violação (desenquadramento) de saldo operacional

- Critério de contabilização: cada violação (desenquadramento) de saldo operacional não corrigido até o encerramento da grade de alocação e que deva ser informado ao Banco Central do Brasil no dia útil seguinte.
- Período de avaliação: últimos 24 meses.
- Métrica avaliada: soma móvel da quantidade de violações contabilizadas.

b) Violação de limite de concentração de posição em aberto

- Critérios de contabilização
 - i. Para comitentes e grupos de comitentes: cada violação do Limite 2, ocorrida de forma ativa e sem dispensa concedida pela B3. No caso de uma violação causada por um grupo de comitentes, a violação será contabilizada para todos os comitentes que possuam posição no momento da violação.
 - ii. Para PNP e PL: cada violação do Limite 2, ocorrida de forma ativa, sem dispensa concedida pela B3, não enquadrada pelo comitente/grupo de comitentes ou pelo próprio participante atuando como PNP/PL deste mesmo comitente ou grupo de comitentes no prazo estabelecido pela B3, e para a qual não tenha sido apresentado e aceito plano de ação para enquadramento ao limite.

Adicionalmente, a métrica também contabilizará a violação de Limite 2, ocorrida de forma ativa e sem dispensa concedida pela B3, para o nível de

agregação do PNP/PL, ou seja, posições de titularidade de diferentes comitentes, registradas sob a responsabilidade de determinado PNP ou PL.

- Período de avaliação: últimos 12 meses.
- Métrica avaliada: soma móvel da quantidade de violações contabilizadas.

c) Violação de limite de risco residual de pré-negociação (LiNe)

- Critério de contabilização: cada violação do limite de risco residual para contas definitivas e transitórias sem concessão de dispensa prévia pela B3.

A apuração do risco residual de pré-negociação (LiNe) segue a definição e os conceitos contidos na nota técnica "Monitoramento de limites atribuídos no LiNe Trading", disponível para consulta em www.b3.com.br, Soluções, Plataformas, Gestão de Risco, LINE 5.0, Especificação.

- Período de avaliação: últimos 12 meses.
- Métrica avaliada: soma móvel da quantidade de violações contabilizadas.

A aplicação das medidas, segundo os critérios estabelecidos às reincidências de violações, terá impacto progressivo sobre os responsáveis pela violação e ocorrerá em quatro etapas: comunicação formal, advertência escrita, multa e multa cumulativa.

• Comunicação formal

Para a violação (desenquadramento) de saldo operacional, a comunicação formal ocorrerá desde a 1ª violação. Para as violações de limites de concentração de posição em aberto e violações de limites de risco residual de pré-negociação (LiNe), a comunicação formal ocorrerá desde a 3ª violação.



064/2021-PRE

Até o dia útil seguinte à identificação de violação que acione o processo de comunicação formal, a B3 entrará em contato com o Diretor de Relações com o Mercado (DRM) do participante, via e-mail, informando a ocorrência de violação.

- **Advertência escrita**

Para a violação (desenquadramento) de saldo operacional, a advertência ocorrerá desde a 2ª violação. Para as violações de limites de concentração de posição em aberto e violações de limites de risco residual de pré-negociação (LiNe), a advertência ocorrerá desde a 4ª violação.

Até o dia seguinte à identificação de violação que acione o processo de advertência, a B3 entrará em contato com o DRM do participante, informando a ocorrência de violações e o envio de advertência. A B3 enviará a advertência ao PNP/PL, acompanhada de pedido de explicação sobre a causa da violação, e solicitação de envio de um plano de ação para mitigação de futuras violações, em até 10 dias úteis. Na advertência, a B3 informará que, em caso de reincidência, outras medidas poderão ser tomadas, tais como a aplicação de multas.

O Comitê Interno de Risco de Contraparte Central da B3 será informado sobre a violação e o envio da advertência em reunião subsequente.

- **Multa**

Para a violação (desenquadramento) de saldo operacional, a aplicação de multa ocorrerá desde a 3ª violação. Para as violações de limites de concentração de posição em aberto e violações de limites de risco residual de pré-negociação (LiNe), a aplicação de multa ocorrerá desde a 5ª violação.

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.

Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737



064/2021-PRE

A multa a ser aplicada será definida como o menor valor entre R\$5.000,00 (cinco mil reais) e o valor da violação multiplicado por 0,10%. As multas serão cobradas por meio de lançamento no saldo líquido multilateral do membro de compensação responsável pelo comitente/grupo de comitentes ou PNP/PL.

- **Multa cumulativa**

Para a violação (desenquadramento) de saldo operacional, a multa cumulativa ocorrerá desde a 4ª violação. Para as violações de limites de concentração de posição em aberto e violações de limites de risco residual de pré-negociação (LiNe), a multa cumulativa ocorrerá desde a 6ª violação. O caráter cumulativo da multa implica a adição dos mesmos parâmetros (valores) de multa, explicados no item anterior, para cada nova reincidência da mesma violação. Por exemplo, se houver uma 5ª violação (desenquadramento) de saldo operacional, a multa será determinada pelo menor valor entre R\$10.000,00 (dez mil reais) e o valor da violação vezes 0,20%. Portanto, a cada nova reincidência serão acrescidos R\$5.000,00 (cinco mil reais) e 0,10% para apuração do valor de multa a ser aplicado.

A aplicação da multa cumulativa será limitada ao valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

As multas serão cobradas por meio de lançamento no saldo líquido multilateral do membro de compensação responsável pelo comitente/grupo de comitentes ou PNP/PL.

O objetivo dos critérios estabelecidos para tratamento das violações e desenquadramentos aqui mencionados é reforçar a governança e o cumprimento dos limites operacionais da B3, além de trazer mais objetividade para as disposições

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.

Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737



064/2021-PRE

contidas nos Capítulos IV e V, do Título II do Regulamento da Câmara B3 (artigos 98, 100 e 155), bem como nos Capítulos IV (item 4.2 e 4.3.9) e V, do Manual de Administração de Risco da Câmara B3 e do Ofício Circular 033/2019-VOP, de 22/08/2019.

Reforçamos que essas novas medidas serão incorporadas aos demais procedimentos operacionais vigentes, já aplicados às violações ou aos desenquadramentos citados acima. Assim, a aplicação dessas novas medidas não prejudica a adoção de outras medidas e providências já descritas nos normativos da B3.

A B3 esclarece que o período de avaliação para contabilizar as violações será iniciado em **14/06/2021**.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos com a Gerência de Monitoramento de Risco, pelo telefone (11) 2565-5031 ou pelo e-mail risco@b3.com.br.

Gilson Finkelsztain
Presidente

Mario Palhares
Vice-Presidente de Operações –
Negociação Eletrônica e CCP

Este Ofício Circular produz efeitos a partir da data de sua publicação, respeitados os prazos específicos de vigência, se houver.

O teor deste documento confere com o original assinado, disponível na B3.

Praça Antonio Prado, 48 – 01010-901 – São Paulo, SP
Tel.: (11) 2565-4000 – Fax: (11) 2565-7737